

AS RELAÇÕES AFRICANO-BRASILEIRAS DE LONGA DATA: UMA ANÁLISE DA INVESTIGAÇÃO HISTÓRICA SOBRE O ASSUNTO NO BRASIL¹

THE AFRICAN-BRAZILIAN LONG TERM RELATIONSHIP: AN ANALYSIS OF HISTORICAL RESEARCH ABOUT THE SUBJECT IN BRAZIL

Gilberto da Silva GUIZELIN*

Resumo: O presente artigo parte do pressuposto de que ao contrário da história das relações contemporâneas entre o Brasil e a África, a história das relações pretéritas entre as duas margens do Atlântico Sul não tem recebido a mesma atenção por parte dos investigadores brasileiros. Acredita-se aqui que tal descompasso investigativo seja fruto de uma visão histórica reducionista, por muito tempo predominante no meio acadêmico nacional, e, por conseguinte, da dificuldade sentida entre os próprios investigadores brasileiros de reunir fontes que lhes permitam recriar, observar e analisar o contexto das relações de longa data entre o Brasil e a África. Ainda assim, ressalta-se aqui que a partir de uma reorientação quanto às perspectivas de investigação é sim possível o desenvolvimento de novos estudos do entrosamento africano-brasileiro mais distante.

Palavras-chave: historiografia brasileira; História das Relações Internacionais; relações Africano-Brasileiras.

Abstract: This article begins by assuming that unlike the history of contemporary relations between Brazil and Africa, the history of the past relations between the two costs of South Atlantic has not received the same attention by Brazilian researchers. It is believed here that this discrepancy is a result of a reductionist historical view, prevalent for a long time in the national academic community, and therefore by the difficulty felt among the Brazilian researchers themselves to gather historical documents that allow them to re-create, observe and analyze the context of the past relation between Brazil and Africa. Still, it is also emphasized in this article that from a reorientation on the prospects of research the development of new studies on the African -Brazilian long term relationship is indeed possible.

Keywords: Brazilian historiography; History of International Relations; African-Brazilian relations.

Palavras introdutórias

A historiografia brasileira especializada no assunto das relações internacionais já vem, há algum tempo, se dedicando ao estudo das relações do Brasil com a África. Entretanto, a leitura de algumas obras expressivas desta bibliografia revela uma clara tendência desta em se ater à análise de um passado mais recente do entrosamento africano-brasileiro, nomeadamente do processo que levou ao reconhecimento dos novos

* Doutorando – Programa de Pós-Graduação em História - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - UNESP - Universidade Estadual Paulista, “Júlio de Mesquita Filho”, Campus de Franca. Franca, SP - Brasil. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). E-mail: guizelin.gs@gmail.com.

Estados-nação africano pelo Brasil. Fenômeno este iniciado, ainda que timidamente, logo após o término da Segunda Guerra Mundial e efetivamente concluído nos três últimos governos do regime militar brasileiro. Sobressai, entre tantos outros trabalhos publicados desta seara, *O lugar da África: a dimensão atlântica da política externa brasileira* de José Flávio Sombra Saraiva (1996), obra que por sua análise profunda e riqueza documental constitui, como bem descreveu Paulo Vizontini, no “primeiro manual universitário sobre o conjunto das relações contemporâneas do Brasil com a África” (VIZENTINI, 1997, p. 232); *Estamos juntos: o MPLA e a luta anticolonial*, alentada obra dividida em dois volumes e escrita por Marcelo Bittencourt (2008) que muito se assemelha a uma espécie de biografia do Movimento Popular de Libertação de Angola, uma das principais facções político-militares do contexto da guerra colonial angolana (1961-1974), cujos vínculos com políticos, intelectuais, artistas e sindicalistas da esquerda brasileira são minuciosamente descortinados e analisados pelo historiador; e, *O Itamaraty e a África*, artigo de Pio Penna Filho e Antônio Carlos Moraes Lessa (2007), no qual são traçados os caminhos e obstáculos entre a formulação e a implantação de uma política genuinamente africana voltada para o estreitamento das relações Brasil-África nos quadros ideológico e profissional do Ministério das Relações Exteriores brasileiro em meio a conjuntura da descolonização do mundo Afro-Asiático.

O predomínio incontestável da investigação desse passado ainda quente das relações africano-brasileiras também é passível de confirmação quando observado o conjunto das teses e dissertações defendidas nos três grandes programas de pós-graduação em Relações Internacionais (RIs) no Brasil.² Só no programa de pós-graduação em RIs da Universidade de Brasília (UnB), o mais antigo do país, entre os anos de 1987 e 2013, dezoito trabalhos foram desenvolvidos no intuito de analisar as relações entre a África e o mundo. Dentre estes, três eram especificamente voltados para as relações bilaterais mais recentes entre o Brasil e os países do “Continente Negro”. Com o mesmo propósito, no decênio 2004-2014, oito trabalhos já foram concluídos no programa de pós-graduação interinstitucional em RIs San Tiago Dantas, dentre os quais dois versam sobre o lugar da África na agenda internacional brasileira na última década. Por sua vez, o programa de pós-graduação em RIs da Universidade de São Paulo (USP), com pouco mais de meia década de existência, responde por duas pesquisas já consolidadas sobre o enquadramento africano-brasileiro entre o final do século XX e este início de século XXI. A partir destes dados é possível tecer um diagnóstico que, embora preliminar, sinaliza dois aspectos relevantes acerca da perspectiva de

investigação atualmente em curso nos grandes programas de pós-graduação em RIs no Brasil.

O primeiro deles, seguramente motivo de comemoração, é que os três programas de pós-graduação em RIs considerados apresentam claros sintomas de terem sido cooptados pelo “vício da África”. Conceito originalmente formulado pelo diplomata Alberto da Costa e Silva (1989), o “vício da África” como bem sintetizou mais recentemente Sombra Saraiva num artigo publicado no jornal *O Povo*³, de Fortaleza:

[...] não é o da natureza das paisagens, de savanas e desertos profundos. Nem pela idolatria da fome. E tampouco advém do paternalismo que perpetua a pobreza.

[...] É a paixão pelos povos africanos, pela gente laboriosa de 43 Estados do sistema das relações internacionais soberanas. E também é respeito a algumas de nossas raízes brasileiras que nasceram do outro lado do rio oceano. E também é pragmática porquanto há oportunidades de avançar projetos lá que deram certo no Brasil [...] (SARAIVA, 2012, p. 144).

Neste sentido, sendo os programas de pós-graduação em RIs supracitados espelhos e modelos a serem seguidos, não seria surpresa se uma amostragem mais ampla comprovasse o alastramento do “vício da África” entre os demais dez programas de pós-graduação em RIs atualmente em funcionamento no país.

Por outro lado, o segundo aspecto que os dados anteriormente referidos indicam é que não há entre os três grandes programas nacionais de pós-graduação em RIs – e, provavelmente, também não haja nos demais – o mesmo apelo pela investigação do passado que jaz frio e sepultado das relações africano-brasileiras. É claro que uma comparação destes dados com outros provenientes de uma averiguação quantitativa das teses e dissertações defendidas nos programas de pós-graduação em História, que tivessem como objeto de estudo a História das Relações Internacionais do Brasil, poderia (ou não) asseverar com maior exatidão esta assertiva. Todavia, em razão da quantidade numérica superior dos programas da área de concentração em História, em comparação aos da área de RIs,⁴ o que conseqüentemente exige um tempo maior de explanação, o qual o presente artigo não dispõe, considera-se os dados até aqui assinalados suficientes para exemplificar senão o total esquecimento, ao menos o estado de inércia do meio acadêmico na investigação das relações bilaterais de longa data entre o Brasil e a África.

Dito isto, o presente artigo tem, pois, por objetivo suscitar entre aqueles que o lerem a memória – e, se possível, o anseio – de que há um passado mais distante do

relacionamento internacional entre as margens de cá e de lá do Atlântico Sul que necessita ser revisitado por historiadores, cientistas políticos e bacharéis em RIs. Neste sentido, na primeira parte é feita uma breve retomada dos poucos, mas importantes, estudos já realizados por investigadores brasileiros sobre o espaço ocupado pela África na agenda internacional do Brasil num passado mais distante do que o do século a pouco dado por encerrado. Em seguida, na segunda parte do texto discute-se, justamente, a origem da limitação investigativa do tema em questão. Finalmente, na terceira e última parte do artigo, são apresentadas algumas perspectivas de reorientação investigativa que podem contribuir para o florescimento de novos estudos a respeito das relações mais antigas do Brasil com os países do continente que lhe é vizinho.

O estado da arte da produção histórica nacional sobre o tema

As primeiras relações africano-brasileiras são inauguradas com o advento do tráfico transatlântico de escravos em meados do Cinquecento e, esfriadas – para não dizer suprimidas – com o recrudescimento deste ao longo do Oitocentos. Ao concordarmos com esta afirmação reconhecemos um aspecto da história da escravidão que, de modo geral, ainda foi pouco explorado pelos investigadores nacionais: o de que, para além das vultosas cifras de gente escravizada, desterrada e embarcada na África e, posteriormente, desembarcada, vendida, revendida e distribuída no Brasil há também uma história de relações diplomáticas formais estabelecidas entre autoridades e lideranças de uma e de outra margem do Atlântico Sul. *A Bahia e suas relações com o Daomé*, de João Fernando de Almeida Prado⁵ é, pois, o primeiro ensaio desenvolvido por um investigador brasileiro com o propósito de dar visibilidade a estes laços políticos ulteriores ao advento do tráfico transatlântico de escravos que, por cerca de 300 anos, uniu o destino do Brasil ao da África, e vice-versa.

Originalmente apresentado no IV Congresso de História Nacional, promovido pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), em 1949, para celebrar o quarto centenário da fundação da primeira capital do Brasil Colonial, o município de *São Salvador da Bahia de todos os Santos*, o ensaio de Almeida Prado foi um dos dez trabalhos aprovados pela comissão organizadora do evento para compor a seção de “História Militar e Diplomática” do mesmo (GUIMARÃES, 2004, p. 146-147). Em sua comunicação o autor abordou o passado da vinculação *sui generis* estabelecida entre o porto de Salvador e os portos negreiros do litoral da África Ocidental sobre o controle

dos *obás* (reis) do Daomé, a ponto de a cidade soteropolitana ter recebido desde meados do século XVIII até o início do século XIX uma dezena de embaixadas daomeanas.

Conquanto não faça menção direta às fontes consultadas, deixando unicamente implícito em sua redação a utilização de relatos de viajantes, comerciantes e missionários que fizeram a rota marítima Bahia-Daomé entre meados dos séculos XVIII e XIX, o texto de Almeida Prado deve ser parabenizado e valorizado pelo seu ineditismo entre os acadêmicos brasileiros.⁶ Isto porque, ao levarmos em conta que no universo das relações internacionais a criação de uma embaixada, assim como, a nomeação, o envio e a recepção de um embaixador representam atos políticos pensados com base em uma etiqueta-jurídica internacional calcada no respeito aos princípios da precedência e da reciprocidade entre o governo acreditado e o governo acreditante, a revelação da existência de tais embaixadas feita por Almeida Prado faz do seu trabalho um texto pioneiro para o quadro geral da historiografia brasileira das Relações Internacionais, mormente para o caso específico da historiografia dedicada ao escrutínio do relacionamento bilateral entre o Brasil e a África.

Não obstante, cumpre assinalar que antes de seu ensaio predominava sem nenhuma margem de contestação a visão de que apenas com a transferência da Família Real portuguesa para o Rio de Janeiro, em 1808, e com ela todo o séquito de ministros plenipotenciários, encarregados de negócios, cônsules e núncios acreditados junto à corte Joanina, que o Brasil teria deixado de ser “uma entidade incógnita para os países estrangeiros” (CALÓGERAS, 1998, p. 18). Fato é que, a despeito da movimentação do corpo diplomático europeu em direção a Baía de Guanabara, no início do século XIX, representantes do corpo diplomático africano já haviam aportado na Baía de Todos os Santos com cerca de meio século de antecedência. O que, por sua vez, indica que ao contrário do que possa ter parecido para os agentes europeus que aqui chegaram no enalço da Família Real, o Brasil de princípio do Oitocentos não era nada estranho para os agentes africanos a ele já bastante familiarizados. Com efeito, entendendo que a independência do Brasil era uma questão que insidia diretamente na continuidade do tráfico transatlântico de escravos, do qual dependiam, os monarcas africanos não só se anteciparam aos seus congêneres europeus, sendo os primeiros a reconhecer a emancipação política do Império brasileiro, como se mostraram interessados em negociar com o governo de D. Pedro I acordos que garantissem a exclusividade do tráfico a partir dos seus portos aos negociantes brasileiros.

Fato é que, as relações africano-brasileiras de longa data jamais se restringiram à porção da África Ocidental. Havia outra África mais ao sul, tão ou mais, relacionada ao

Brasil quanto à franja litorânea controlada pelo Daomé. Era a África portuguesa, isto é, os territórios dominados ou virtualmente ligados por laços de vassalagem à coroa de Portugal, a exemplo do reino de Angola localizado na margem sul da foz do rio Congo e, que, desde meados do século XVII nutria um intenso diálogo com o Rio de Janeiro.

Tão intenso fora esse diálogo que, por volta de 1640, no contexto das invasões holandesas à porção atlântica do Império Ultramarino português, foi do porto fluminense que saiu a força tarefa com o propósito de reconquistar Angola do invasor holandês. Feito àquela altura celebrado pela câmara de Luanda, reivindicado pela câmara do Rio de Janeiro e reconhecido pela coroa Bragantina. Não por acaso, de 1648, marco da reconquista de Angola, até 1822, ano da proclamação da independência do Brasil do jugo português, quinze dos quarenta e dois governadores-gerais designados pela coroa para administrar o reino angolano passaram, antes ou depois, por algum alto posto da governança do Brasil Colônia. Destaque para Salvador Correia de Sá e Benevides que, de 1648 a 1651, unificou sob a sua direção os governos da província do Rio de Janeiro e do reino de Angola. Séculos mais tarde, já na conjuntura da desagregação do Império luso-brasileiro, novamente se falou da unificação entre o Brasil e Angola. De maneira que dois dos três deputados eleitos por aquela colônia para representá-la nas *Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa*, reunidas em Lisboa entre 1821 e 1823, ficaram pelo caminho. Na ocasião, Eusébio de Queirós Coutinho – pai de Eusébio de Queirós Coutinho Matoso, ministro da Justiça quando da abolição do tráfico transatlântico de escravos – e Francisco Martins do Amaral Gurgel preferiram permanecer no Rio de Janeiro e apoiar abertamente à anexação do Reino de Angola ao Império independente do Brasil. Todos estes eventos foram retratados com maestria documental e argumentativa por José Honório Rodrigues no primeiro volume de sua obra *Brasil e África: outro horizonte – relações e contribuições mútuas*.

Publicado em 1961, e esgotado em menos de um ano, tamanho fora a sua procura pelo público brasileiro, o livro de Honório Rodrigues teve uma segunda edição relâmpago em 1964, tendo ainda uma terceira e última edição ocorrido em 1982. No exterior a obra também alcançou rápido reconhecimento, vindo a ser publicada na língua inglesa em 1965, pela *University of California Press*, e prefaciada por ninguém mais ninguém menos que Alan K. Manchester, um dos maiores especialistas estrangeiros da História do Brasil e autor de *British preeminence in Brazil* (1933), obra clássica para se entender a emergência, longevidade e declínio da influência político-econômica da Inglaterra sobre o Brasil Oitocentista. Mas o que, para além do fato de que antes de *Brasil e África* “não se fizera análise tão detida do relacionamento entre o

país e aquele continente que lhe fornecia o principal da mão de obra” (IGLÉSIAS, 1998, p. 65), explica este extraordinário sucesso alcançado pela obra de Honório Rodrigues?

Dois fatores podem ser aqui levantados. O primeiro diz respeito à própria originalidade da problematização histórica apresentada pelo autor na obra em questão. Para Honório Rodrigues a política externa brasileira que surge conjuntamente com o gradual processo de conquista da autonomia política nacional, iniciado em 1808 com a vinda de D. João VI, era, por natureza, *africanizada* na medida em que as profundas relações do Brasil com a África, perpetradas em face do tráfico negreiro, dominavam e perpassavam até mesmo as relações do Império com outros países, como era o caso da relação com a maior potência de todo o século XIX: a Inglaterra. De modo que, a sua *desafricanização* foi um processo de longa duração, imposto externamente por ingleses, portugueses e outros agentes do cenário internacional Oitocentista interessados na partilha do “Continente Negro”.

Já o segundo fator está obviamente relacionado ao momento em que o trabalho de Honório Rodrigues veio a público. Afinal, o quadriênio entre a 1ª e a 2ª edição corresponde ao período dos governos Quadros e Goulart, o que no âmbito das relações internacionais do Brasil significou a adoção da Política Externa Independente (PEI). Em resumo, a fixação de uma nova postura internacional do Brasil desvinculada não só da bipolaridade EUA-URSS existente na época, como também de todo e qualquer corolário ideológico avesso aos interesses e aspirações permanentes do país, tal qual o apoio ao colonialismo europeu, sobretudo o português, no mundo afro-asiático. Não surpreende, portanto, que o período que antecede o golpe militar de 1964 tenha sido um período de ávido interesse dos acadêmicos, diplomatas e do grande público do Brasil pela África.

Seja como for, o sucesso de *Brasil e África* parece não ter surtido efeito – ao menos em curto prazo – no aumento do interesse pela investigação das relações de longa data entre as duas margens do Atlântico Sul nos centros nacionais de ensino superior nas décadas seguintes ao seu lançamento. Não se almeja com esta afirmação desconsiderar aqui a vasta e pujante produção historiográfica nacional das décadas de 70, 80 e 90 do último século, ligada ao campo da escravidão e que tanto já contribuiu – e segue contribuindo – para a compreensão dos aspectos político, econômico, social e cultural da íntima relação entre as praças exportadoras de escravos na África e as praças importadoras da mão de obra africana no Brasil. No entanto, em virtude da própria especificidade temática dos trabalhos desenvolvidos no seio deste campo do conhecimento histórico, compreende-se que as relações diplomáticas pretéritas

existentes entre o Brasil e a África ainda não constituíram em um tema único e central de estudo pelos investigadores nacionais. A exceção a este quadro corresponde à dissertação de mestrado *União Brasil-Angola: uma hipótese na independência* (1979), produzida por Nilcea Lopes Lima dos Santos, e apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da UnB, na qual a autora foca sua atenção na investigação das possíveis razões que teriam levado o Império brasileiro a silenciar-se diante do projeto levantado e defendido em Angola de adesão daquela ao Brasil quando da independência deste último. Contudo, apesar da proposta inovadora, o trabalho de Santos não acrescentou dados novos aos que já haviam sido apresentados por Honório Rodrigues.

Portadores de novidades relevantes sobre o tema aqui examinado são os escritos do diplomata e historiador Alberto da Costa e Silva que, ainda na juventude dos seus 16 anos descobriu, a partir do seu primeiro contato com *Casa Grande & Senzala*, de Gilberto Freyre, a paixão pela história da África, em especial pela história da África subsaariana (SILVA, 2002, p. 223).

Ingresso na carreira diplomática em 1957, Costa e Silva fez parte da delegação brasileira que, em 1960, presenciou *in loco* a independência da Nigéria. País para o qual regressou, entre 1979 e 1983, para assumir o comando da embaixada do Brasil em Lagos. Antes, serviu em outras missões menores e esporádicas na Etiópia, Gana, Togo, Camarões, Angola, Costa do Marfim, Senegal, Serra Leoa, República Democrática do Congo, Gabão, Quênia, Gâmbia, Libéria, Sudão e até no antigo Daomé (hoje conhecido como República do Benim). Seus livros *A enxada e a lança* (1992) e *A manilha e o libambo* (2002), o primeiro dedicado a retratar a história da África antes da chegada dos – e, principalmente, da história contada *pelos* – portugueses naquele continente; e o segundo voltado à análise das consequências do escravismo moderno implantado pelo europeu no “Continente Negro” entre os séculos XVI e XVIII, são resultados concretos deste longo e invejável périplo africano que Costa e Silva pôde realizar no decorrer da sua vida diplomática ativa.

As relações excepcionais entre a margem oriental (a África) e a margem ocidental (o Brasil) do Atlântico Sul ao tempo do tráfico transatlântico de escravos também foi objeto de apreciação de Costa e Silva. Sendo a temática específica das relações de longa data entre o Brasil e a África Negra tópico de no mínimo dezesseis artigos seus publicados em jornais e revistas no país e no exterior desde 1961.

Reunidos na obra *Um rio chamado Atlântico* (2003), à primeira vista os textos parecem repetir o que Almeida Prado e Honório Rodrigues já haviam dito sobre os vínculos diplomáticos de Salvador e do Rio de Janeiro, em suma do Brasil, com as

regiões sob a influência política dos reinos do Daomé e de Angola respectivamente. Mas não repetem! Pelo contrário, eles asseveram, complementam, questionam e sugerem outras perspectivas para os mesmos dados, na medida em que o autor além de utilizar-se das informações fornecidas pelos outros dois investigadores valoriza elementos oriundos da tradição oral africana. A valorização da oralidade, isto é, das histórias contadas e recontadas de geração para geração e, que, constituem arquivos vivos de memórias coletivas é o que distingue a visão de Costa e Silva das visões de Almeida Prado e de Honório Rodrigues e, o que, ao mesmo tempo denota a evolução da historiografia brasileira sobre as relações de longa data africano-brasileiras.

No mais, porém, pode-se dizer sem maiores ressalvas que a história do passado mais distante das relações entre o Brasil e a África foi por muito tempo matéria, sobretudo, de interesse dos investigadores estrangeiros. Dois exemplos expressivos desta produção vinda de fora são os trabalhos *Flux et reflux de la traite des nègres entre le Golfe de Bénin et Bahia de Todos os Santos* (1968), do francês Pierre Verger, e *Relações entre Angola e Brasil, 1808-1830* (1970), do português Manuel dos Anjos da Silva Rebelo. Outro trabalho menos conhecido, mas não menos significativo desta tendência é a tese de doutorado *A comparative study of the Portuguese colonies of Angola and Brazil and their interdependence from 1648-1825* (1979), da norte-americana Ane Wadsworth Pardo. Mesmo hoje, apesar dos esforços de Ana Lúcia Araújo (2012), Luís Nicolau Parés (2013) e Mariza de Carvalho Soares (2014) no intuito de atualizar e aprofundar o conhecimento das longínquas e complexas relações políticas entre a América portuguesa e os reinos ainda independentes da África Ocidental durante a era do escravismo moderno, a produção histórica nacional sobre o tema das relações de longa data africano-brasileiras é ainda bastante reduzida. O que não deixa de ser curioso, posto que, como reconheceu o ex-ministro das relações exteriores, Mario Gibson Barboza, em suas memórias sobre a política de reaproximação do Brasil com a África no tempo em que o Itamaraty esteve sob a sua gestão (1968-1974), “até o final do Império foi intenso o relacionamento entre as duas costas do Atlântico Sul” (BARBOZA, 2002, p. 397).

Uma resposta para a ausência de novas investigações sobre o tema

Se a aproximação entre o Brasil e a África atlântica era realmente tão intensa até o fim do Império, como assevera Gibson Barboza, por que então a investigação deste relacionamento internacional distante segue passos curtos se comparados aos passos

dados nos últimos anos pela investigação histórica do relacionamento mais contemporâneo entre o Brasil e a África? É o próprio ex-ministro das relações exteriores quem fornece parte da resposta a esta questão. Como Barboza bem observou “o retalhamento da África pelas nações europeias e o sistema colonial lá implantado”, marcadamente a partir da segunda metade do século XIX quando os reinos africanos independentes sucumbiram, de fato, ao domínio colonial perpetrado pelas potências imperialistas, “alongaram em muito as distâncias entre as fronteiras físicas do Brasil e da África atlântica” (BARBOZA, 2002, p. 397).

Ocorre que, a colonização política do continente africano consolidou a colonização ideológica da diplomacia brasileira pelas mesmas nações imperialistas do Ocidente. Basta lembrar que, enquanto a África esteve sob o jugo da influência europeia a agenda internacional do Brasil restringiu-se a uma pauta de atuação continental, sobretudo regional. É bem verdade que esta “guinada para a América”, que foi acentuada após a substituição do regime monárquico pelo republicano, em 1889, também se fez para atender interesses que ocupavam a ordem do dia da agenda internacional do país na transição do século XIX para o XX. Citemos, por exemplo, a consolidação das fronteiras nacionais. Entrementes, não se pode negar que este posicionamento muito contribuiu para a manutenção do bom relacionamento do país com os centros imperialistas do Ocidente, em outras palavras com as potências da Europa e com os Estados Unidos⁷ (CERVO & BUENO, 1992, p. 163-164).

Neste sentido, é crível atinar que o distanciamento entre o Brasil Republicano e a África Colonial, foi o preço que a diplomacia brasileira da primeira metade do Novecentos aceitou pagar para – utilizando aqui de uma definição da crítica pós-colonial que parece bastante adequada ao caso observado – “estar no Ocidente sem ser dele”⁸ de fato. Isto é, configurar entre as principais diplomacias ocidentais sem, na realidade, ser uma delas. Acontece que, esta vontade de “pertencer ao Ocidente” acabou por incidir não só na organização interna do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, como, de quebra, no delineamento temático dos estudos do campo das relações internacionais do país com o mundo, produzidos até meados do século passado.

Explicuemos por partes. Ciosos das relações preferenciais com as potências ocidentais, das quais esperavam arrecadar financiamento para o desenvolvimento do Brasil, de um modo geral os subsequentes gestores da política externa nacional do primeiro meio século da República não demonstraram interesse pela África. Tanto isso é verdade que, de 1889 a 1961, a despeito de uma ou outra modernização na nomenclatura a organização da secretaria política do Itamaraty, responsável pela

formulação da política externa do ministério pouco se alterou, mantendo-se dividida em duas grandes divisões geográficas: a divisão para assuntos da América, por sua vez subdividida em um setor responsável pela análise das questões da América Latina e outro relativo à da América do Norte; e a divisão para assuntos da Europa, África e Oriente (CASTRO, 2009, 465-503). Configuração esta que evidencia tanto o longo alinhamento da postura internacional brasileira ao colonialismo praticado por países europeus, como o fato de o mundo colonial constituir em um assunto de preocupação secundária dentro do Itamaraty. Tal realidade só foi efetivamente questionada a partir da gestão de Francisco Clementino San Tiago Dantas (1961-1962), na conjuntura do lançamento da Política Externa Independente (PEI), quando foram criadas as divisões específicas para a África (DAF), o Oriente Próximo (DOP) e a Ásia e Oceania (DAO), no intuito de promover a aproximação do Brasil com aquelas regiões. Ato, por sua vez, acompanhado da instalação das primeiras embaixadas brasileiras em Gana, Senegal e Nigéria. De modo similar, é somente a partir do *Relatório* de 1961, apresentado por San Tiago Dantas, que os *Relatórios* ministeriais enviados anualmente ao Congresso Nacional rompem, pela primeira vez, com o tradicional silêncio do Brasil em relação ao tema da descolonização da África e do restante do mundo colonial (SARAIVA, 1996, p. 64-65).

Destarte, partindo do pressuposto de que para o investigador das relações internacionais as principais – mas não as únicas – fontes de interesse são aquelas produzidas, recebidas e conservadas pelo órgão gestor do convívio internacional do Estado. Sendo, portanto, de se esperar que este investigador recorra ao arquivo do Ministério das Relações Exteriores para a realização de sua investigação. Não surpreende que aquele que se incline a vasculhar o arquivo da chancelaria brasileira em busca de informações sobre o continente africano vá se deparar com uma enorme dificuldade em localizar e reunir documentos que lhe permitam analisar e descortinar a história das relações africano-brasileiras do período anterior ao ano de 1961. Especialmente, se o seu interesse recair sobre as relações travadas entre as duas margens do Atlântico Sul num período ainda mais distante, como o do século XIX.

A documentação diplomática emitida e recebida pela outrora denominada Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros, como era conhecido o Ministério das Relações Exteriores durante o período monárquico, encontra-se depositada na unidade do arquivo alojada no velho Palácio do Itamaraty, no Rio de Janeiro. Como os demais documentos conservados no mesmo arquivo,⁹ esta já não constitui papéis de interesse para o expediente da chancelaria brasileira e encontra-se plenamente desclassificada.

Situação bem adversa da unidade de Brasília, onde há documentação de classificação restrita.¹⁰ Daí a razão de a unidade carioca ser designada por Arquivo Histórico do Itamaraty (AHI) ao passo que a brasiliense é identificada como Arquivo do Ministério das Relações Exteriores (PENNA FILHO, 1999, p. 121). Entretanto, embora toda a documentação da primeira unidade esteja liberada à consulta, a investigação nesta repartição não se mostra mais ou menos dificultosa do que a realizada na segunda unidade. Ela apresenta especificidades próprias que, conseqüentemente, afetam o desenvolvimento de novos estudos referentes às relações internacionais mantidas pelo Brasil no século XIX, em especial com relação à África.

É digno de nota o fato de boa parte da documentação existente no Arquivo Histórico do Itamaraty ser de textos manuscritos antigos e originais. Muitos deles, inclusive, com marcas de corrosão deixadas pela ação do tempo, e, cuja operacionalização requer tempo, paciência e esforço filológico e interpretativo redobrados. Dificuldades estas que podem, é certo, intimidar os novos investigadores no estudo da documentação sobre a política externa do Brasil Oitocentista que compõe o acervo do referido arquivo.

De mais a mais, a bem da verdade quanto aos problemas do trabalho com a documentação manuscrita, o maior empecilho à proliferação de novos estudos sobre as relações africano-brasileiras de longa data segue sendo a orientação investigativa do próprio campo de pesquisa das relações internacionais do Brasil Imperial. Grosso modo, as pesquisas interessadas no estudo das relações bilaterais do Império costumam centrar a sua atenção nas relações estabelecidas com a Europa, com os países da Bacia Platina (Argentina, Paraguai e Uruguai) e, em menor escala, com os Estados Unidos. Esta tendência investigativa¹¹ encontra-se proporcionalmente condicionada ao espaço de atuação privilegiado pela diplomacia brasileira no período de 1822 a 1889. Como se sabe, neste período o Estado monárquico brasileiro consagrou as relações com as distantes monarquias do “Velho Continente” em detrimento não só das relações com as próximas repúblicas do “Novo Mundo”, à exceção das repúblicas platinas e da norte-americana com as quais por motivos vários foi preciso manter um relacionamento mais próximo, mas também em prejuízo das relações com outras áreas geográficas, a exemplo do continente africano. Observa-se, portanto, que no cerne desta perspectiva investigativa há pouco – ou nenhum – espaço para o desenvolvimento de estudos sistemáticos relativos ao intercâmbio diplomático estabelecido entre o Brasil e a África no século XIX.

Mesmo em termos de pesquisas temáticas, no qual o escrutínio da questão do tráfico de escravos é um tema consagrado da historiografia especializada sobre a política externa imperial, pouquíssimo se avançou na averiguação das relações africano-brasileiras. Constata-se, sem grandes dificuldades, que nesta seara da produção histórica ainda impera a “preeminência” das relações anglo-brasileiras.

Em suma: tamanhas são as limitações a propósito da realização de investigações mais acuradas e sistemáticas sobre as relações africano-brasileiras de longa data que não causa estranheza o fato de os pesquisadores preferirem, em sua maioria, quando se debruçam sobre o histórico do relacionamento bilateral do Brasil com a África, concentrar os seus esforços na investigação de um passado mais recente e diáfano do que na averiguação de um passado mais distante e opaco do intercâmbio diplomático existente entre as duas costas do Atlântico Sul.

Por novas histórias das relações africano-brasileiras de longa data

Apesar dos pesares, importa salientar que a atualização da investigação histórica a respeito das relações africano-brasileiras de longa data constitui uma agenda de trabalho não apenas exequível, como necessária. A mesma pode – e deve – ser compreendida como parte dos recentes esforços empreendidos no intuito de “explorar terras e povos que não costumam frequentar [...] pelo menos não, com tal grau de detalhe, o *cahier de route* de nossa história diplomática do Oitocentos” (ALMEIDA apud SANTOS, 2002, p. 07). Neste sentido, convém passar em revista por algumas perspectivas de trabalho que podem auxiliar a quem possa se interessar pelo seu desafio. Antes, porém, deixemos de antemão registrado que as perspectivas à frente apresentadas não são originalmente nossas, mas de Almeida Prado, Honório Rodrigues e Costa e Silva. O que realça o ineditismo, ainda hoje, de seus escritos.

Começemos pelo aspecto documental. As relações políticas mantidas entre Salvador e Rio de Janeiro com os portos negreiros de Ajudá (Daomé), Onim e Porto Novo na viragem do século XVIII para o XIX têm alcançado evidência graças aos trabalhos de Araújo (2012), Parés (2013) e Soares (2014). Valendo-se das cartas – em boa medida inéditas – trocadas entre os monarcas daqueles portos/reinos da África Ocidental e as autoridades da América portuguesa e também da administração Joanina instalada no Brasil, estes autores têm revelado o quão rico e, ainda, inexplorado são os acervos do Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), do IHGB e da própria Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (BNRJ), onde estas correspondências encontram-

se depositadas. Entretanto, Se há um *corpus* documental com boas perspectivas de trabalho para quem vier a se interessar pela investigação das relações africano-brasileiras ao tempo do Brasil Império, este é o da documentação consular da chancelaria imperial existente no Arquivo Histórico do Itamaraty.

Conforme nos dão conta os quadros dos agentes consulares do Brasil em serviço no exterior, incorporados nos *Relatórios* da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros à época do Segundo Reinado¹², no que toca especificamente a África, a diplomacia imperial chegou a manter representações no Cabo da Boa Esperança (África do Sul), em Freetown (Serra Leoa), na Monróvia (Libéria), em Luanda (Angola), em Lourenço Marques (hoje Maputo – Moçambique), nos arquipélagos de Cabo Verde e de São Tomé e Príncipe, e, por fim, em Tanger (Marrocos). E, embora seja possível argumentar que todas estas representações se fizeram em áreas controladas ou “protegidas” do continente africano pela Inglaterra, Portugal ou pelos Estados Unidos, isso não desvirtua o fato de que durante o século XIX, ainda que com dificuldades e de maneira restrita e inconstante, o Brasil se fez presente na África, sobretudo na África Atlântica. Região esta que, fosse pela defesa do comércio legal de escravos fosse pelo combate do mesmo já em sua fase ilegal, perdurou por um bom tempo no cerne da agenda internacional do Império brasileiro.

Como foi observado por Pio Penna Filho, a partir da análise das solicitações de pesquisa apresentadas à Seção do Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores, entre os anos de 1987 e 1998, ao contrário da documentação trocada entre a chancelaria brasileira e as legações estrangeiras creditadas no Brasil, assim como com as legações brasileiras no exterior, o estudo do *corpus* documental consular constituía no final do século XX uma verdadeira lacuna no campo de pesquisa das relações internacionais no Brasil, tendo despertado pouco – ou nenhum – interesse entre os investigadores nacionais (PENNA FILHO, 1999, p. 131). Passada já uma década e meia do século XXI, verifica-se que a observação levantada pelo autor ainda é atual. De modo que, na ausência de estudos sistemáticos sobre a história daquelas repartições consulares mantidas pelo Império na África Oitocentista, os trabalhos de Honório Rodrigues e de Costa e Silva seguem sendo ainda hoje os únicos que dedicaram alguma atenção, ainda que marginal, a esta documentação.

Ainda no que diz respeito à perspectiva de trabalho com documentação contundente para o campo de pesquisa da História das Relações Internacionais do Brasil no século XIX, e particularmente para a escrita do capítulo das relações bilaterais do Império com a África Colonial são as fontes recolhidas nos arquivos das antigas

metrópoles e, semelhantemente, nos das suas antigas possessões ultramarinas que receberam algum agente consular brasileiro.

Quando lançamos olhar às fontes utilizadas pelos nossos colegas na realização dos seus trabalhos, nota-se que, à exceção da documentação nacional, a estrangeira não costuma ser composta por fontes obtidas diretamente nos arquivos extranacionais. Exemplo disto pode ser apurado no caso dos trabalhos pátrios que tomam como objeto a influência da Inglaterra na política externa do Brasil Império. Ainda que seja comum nestes textos a menção a documentos do *Public Record Office*, da *House of Commons Parliamentary Papers* e do *National Archives of Great Britain*, em sua maioria trata-se de citação indireta extraída de trabalhos escritos por autores *brasilianistas*, isto é, de estrangeiros que adotaram a História do Brasil como o seu campo de investigação, e que tiveram grande repercussão e aceitação entre os autores brasileiros.¹³

Se a ausência da pesquisa nos arquivos estrangeiros é recorrente na investigação do passado das relações anglo-brasileiras, que é quiçá a relação bilateral mais consagrada da produção histórica nacional sobre as relações internacionais do Brasil Oitocentista, o que esperar da investigação das relações africano-brasileiras no século XIX, que não usufrui a mesma demanda investigativa?

O desconhecimento entre o meio acadêmico nacional das fontes estrangeiras para a realização da investigação histórica das relações africano-brasileiras de longa data ganha ainda mais notoriedade quando reduzida a escala de observação com vista à construção de uma micro-história da mesma. Como, por exemplo, acerca do relacionamento específico entre o Império do Brasil e o Reino de Angola.

Como já foi dito anteriormente, no momento da conquista da independência nacional os vínculos entre o Brasil e Angola eram tão excepcionais que dois dos três deputados angolanos eleitos para representar aquela colônia nas *Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa* decidiram ficar no Brasil e defenderam abertamente a união entre as duas margens do Atlântico Sul. Por motivos diversos o projeto anexionista defendido pelos representantes angolanos, e respaldado no lado de lá do oceano pelo o que as autoridades coloniais portuguesas de Angola denominaram por *Partido Brasileiro*¹⁴, não atraiu o apoio do governo imperial. O que não significa, propriamente, que este não fosse simpático à causa. A questão é complexa e merece um trabalho de maior fôlego para tratá-la. Limitemo-nos, por ora, a assinalar que tal era a relevância de Angola na política externa do Primeiro Reinado que, tão logo as relações de amizade e reciprocidade entre o Brasil e Portugal foram restabelecidas pelo *Tratado Luso-Brasileiro* de 29 de agosto de 1825, e, por conseguinte, os plenipotenciários do

Brasil e da Inglaterra chegaram a um entendimento quanto ao prazo limite para a realização do tráfico negreiro legal por meio do *Tratado Anglo-Brasileiro* de 13 de novembro de 1826, o governo imperial apressou em enviar Ruy Germack Possolo para a África como seu representante.

Na qualidade de cônsul do Brasil em Luanda, Possolo tinha como missão proteger os interesses dos negociantes de escravos brasileiros atuantes ao longo do litoral africano sobre a jurisdição portuguesa, nos anos derradeiros da era legal daquele comércio. E para auxiliá-lo na concretização desta importante incumbência o cônsul brasileiro tinha ainda à sua disposição uma Divisão da Marinha Imperial¹⁵ especialmente destacada para a patrulha da costa africana. “A medida”, como sublinhou Roquinaldo Ferreira, “era inédita: nenhuma nação independente das Américas tinha ido tão longe na defesa do comércio de escravos” (FERREIRA, 2008, p. 21). Todavia, a despeito do ineditismo da demonstração de força diplomática e militar do governo de D. Pedro I, a história da missão confiada a Ruy Germack Possolo segue negligenciada pelos estudiosos brasileiros da História das Relações Internacionais. Afora a falta de interesse pelo *corpus* documental consular mantido pelo Arquivo Histórico do Itamaraty, a ausência de pesquisas com o propósito de retomar e analisar o passado das relações angolano-brasileiras nos arquivos africanos e portugueses, como é o caso da série sobre Angola do fundo do Conselho Ultramarino¹⁶, abrigado no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), de Lisboa, concorre significativamente para esta omissão.

Composta por mais de dezesseis mil documentos, datados entre 1602 e 1833, distribuídos por seu turno em 181 caixas e em algumas dezenas de livros de registros e de consultas da administração colonial, a série sobre Angola do fundo do Conselho Ultramarino detém:

[...] informações que se inscrevem em temáticas diversas, desde a administração ultramarina até a diplomacia, assuntos militares e eclesiásticos, passando ainda pelo comércio, agricultura, exploração mineira ou circulação de moeda. Temos assim Regimentos de governadores; resoluções para o governo do território; mapas estatísticos de população, de trocas comerciais com o exterior, de receitas e despesas, de efectivos [*sic*] militares. São igualmente abordados assuntos como o comércio de escravos, de sal, marfim, licores, aguardente, tabaco; o estabelecimento de feiras; a promoção das culturas de algodão e cana de açúcar, falta de moeda de cobre; relações com os potentados de Benguela; conflitos com indígenas; conflitos entre diversas autoridades do território; questão da união dos reinos de Angola e Brasil. Existe ainda um diário de bordo de uma fragata em viagem entre o Brasil e Benguela (ARQUIVOS, 1991, p. 94).

É certo que a série em questão não é de todo desconhecida dos pesquisadores brasileiros. Vide, por exemplo, o trabalho de Luiz Felipe de Alencastro sobre a formação do Brasil fora do próprio Brasil entre os séculos XVI e XVII, e os esforços coligados de Maria de Fátima Silva Gouvêa e de Maria Fernanda Bicalho no intuito de mapear as redes governativas do complexo atlântico do Império Português ao longo do século XVIII. Porém, percebe-se nitidamente que esta é uma agenda de trabalho que se mantém em grande parte restrita aos investigadores oriundos do campo da História das Instituições Políticas e Administrativas Coloniais, não sendo a mesma compartilhada pelos pesquisadores do campo da História das Relações Internacionais. Com efeito, a missão desempenhada por Ruy Germack Possolo em Angola, não ultrapassa mais que algumas poucas linhas nos Anais e efemérides da história da política externa brasileira à época do Primeiro Reinado.

Cumprido destacar, por fim, que para além da possibilidade de trabalho com documentação nacional e estrangeira inédita, outra perspectiva de trabalho que pode resultar em importantes e relevantes adições à produção investigativa sobre as relações africano-brasileiras de longa data é o estudo da trajetória de personagens como o próprio Ruy Germack Possolo. Ou seja, o desenvolvimento de biografias capazes de cruzar e articular aspectos da vida pessoal com os da vida profissional dos agentes consulares do Brasil em serviço na África Oitocentista.

O uso do gênero biográfico pelos pesquisadores inseridos no campo da História das Relações Internacionais do Brasil não é uma novidade. Entre as décadas de 30 e 60 do século passado veio a público, até com certa regularidade, uma série de biografias sobre diplomatas do tempo do Brasil Império. Tais como: *O marquês de Barbacena* de João Pandiá Calógeras (1932); *Um diplomata na corte da Inglaterra (o barão Penedo e sua época)* de Renato de Mendonça (1942); *Um diplomata do Império: barão da Ponte Ribeiro* de José Antônio Soares de Souza (1952) e *Honório Hermeto no Rio da Prata* (1959) também do mesmo autor; e, por fim, *A missão Pimenta Bueno* de Pedro Freire Ribeiro (1965). Escritas em sua maioria por ensaístas de dentro do próprio Itamaraty as biografias publicadas neste período caracterizam-se, contudo, pelo seu verniz positivista. O que explica, entre outras coisas, a valorização biográfica das *grandes personagens* (ex-ministros e aristocratas) da antiga Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros, e, a perpetuação de uma memória glorificadora e triunfante das vitórias alcançadas pelos diplomatas biografados nas mesas de negociação em que estiveram presentes. A exemplo: da obtenção do reconhecimento inglês; da defesa da soberania nacional; da manutenção do equilíbrio de forças na Bacia Platina; e, da definição dos

limites territoriais do Império. Como é fácil presumir, em face da hegemonia desta biografia enviesada no engrandecimento do papel e da competência do corpo diplomático nacional, a história de vida e da missão dos agentes consulares que atuaram num espaço periférico da política externa imperial (CERVO & BUENO, 1992, p. 35-40) e, que foram mobilizados no “encargo pouco glorioso de conter o ímpeto daqueles que pretendiam cortar o fornecimento de braços negros para a grande lavoura monocultora” (ALMEIDA, 1998, p. 08) não tinha a menor chance de ser resgatada.

Felizmente, nos últimos trinta anos o gênero biográfico, seguindo os passos da História Política, se renovou a partir da importação de aportes teórico-metodológicos das mais diversas correntes historiográficas, como a Nova História Cultural, a História Social do Trabalho e, mesmo, a Micro-História. Graças a isto, se o apelo pelo relato biográfico das *grandes personagens* não diminuiu, é certo também que ele já não é mais absoluto e predominante. Com efeito, ao lado de nobres, políticos, militares de alta patente, sacerdotes religiosos preeminentes entre tantas outras personalidades, cada vez mais tem aparecido histórias de trajetórias de intermediários e da dita *gente comum*. A título de ilustração desta nova realidade da escrita biográfica, em matéria de produção historiográfica brasileira, convém chamar a atenção para as biografias recentes de Domingos Pereira Sodré (REIS, 2008) e Rufino José Maria (REIS; GOMES; CARVALHO, 2010), dois africanos traficados para o Brasil no último período do tráfico transatlântico de escravos, cuja trajetória de vida como escravos e, posteriormente, como libertos revelam aspectos até então pouco claros ou conhecidos da história da escravidão no Brasil do século XIX.

Diante do exemplo das biografias de Domingos e Rufino, a pergunta é inevitável: Que aspectos obtusos ou nem mesmo revelados sobre a história do comércio negreiro, do relacionamento do Império com as potências coloniais Oitocentistas e, particularmente, do relacionamento bilateral africano-brasileiro não aguardam uma investigação mais sistêmica da trajetória de Ruy Germack Possolo, Hermenegildo Frederico Niterói, Inácio José Nogueira da Gama, Saturnino de Souza Oliveira e dos demais cônsules do Brasil na África para virem à tona?

À guisa de conclusão

Este artigo teve como ponto de partida a constatação de uma ausência: a de que, de modo adverso à investigação das relações bilaterais entre o Brasil e a África no contexto da descolonização afro-asiática e do estabelecimento das relações Sul-Sul,

acontecimentos verificados a partir da década de 1960, o escrutínio destas mesmas relações só que na conjuntura de um passado bem mais distante não tem despertado interesse semelhante entre os pesquisadores nacionais ligados ao campo de estudo da História das Relações Internacionais.

Este sentimento de ausência resulta de leituras e de percepções – algumas delas ainda em aprimoramento é verdade – levadas a cabo pelo autor em meio ao desenvolvimento de sua tese de doutorado acerca das vicissitudes que incidiram no retardo do aval do governo português ao pleito do governo brasileiro, defendido entre 1826 e 1854, para a instalação de uma representação consular do Império em Angola.¹⁷ Neste sentido, o autor pede licença para, a partir de agora, dirigir-se diretamente ao leitor e explicar-lhe as suas motivações com o presente artigo.

Logo no princípio de minha investigação, uma das principais dificuldades com as quais tive de lidar foi, justamente, a identificação de outros trabalhos que tivessem elegido as relações africano-brasileiras como objeto central de sua discussão histórica. Ainda durante a realização desta primeira etapa da minha investigação percebi que, conquanto muito já tenha sido produzido – e ainda se produza – sobre a retomada gradual das relações do Brasil com a África desde o período pós-Segunda Guerra Mundial, à exceção das empreitadas isoladas realizadas por João Fernando Almeida Prado, José Honório Rodrigues e Alberto da Costa e Silva, bem como por algumas incursões de investigadores estrangeiros de que tratei na primeira parte deste trabalho, a produção histórica genuinamente nacional sobre o assunto encontra-se praticamente estagnada.

De fato, são pouquíssimos os pesquisadores do campo da História das Relações Internacionais do Brasil atualmente debruçados na investigação do passado mais distante desta relação bilateral Sul-Sul.¹⁸ O que, por conseguinte, torna dificultoso o estabelecimento de um diálogo e de uma agenda de trabalho investigativa sobre o tema em questão.

Compreender a razão deste descompasso investigativo se fez necessário para que eu próprio pudesse formular uma estratégia investigativa no intuito de superá-lo. Desta feita, o que expus na segunda parte deste artigo trata-se de uma resposta reflexiva quanto à construção histórico-institucional deste silenciamento, formulada com base no exame geral das expectativas da diplomacia brasileira entre o final do século XIX e o início do século XX, e na análise de como estas serviram para escamotear as relações africano-brasileiras de outrora não só no que diz respeito à documentação conservada

pelo Itamaraty, como no que toca ao balizamento temático da própria historiografia especializada sobre a política externa imperial.

Finalmente, na terceira e última parte deste artigo apresentei algumas perspectivas de trabalho que podem auxiliar na atualização da investigação histórica acerca das relações africano-brasileiras ocorridas no século retrasado.

Cumprе esclarecer que as perspectivas aqui reunidas correspondem a uma espécie de testemunho pessoal, posto que, são as mesmas com as quais tenho buscado trabalhar no desenvolvimento de minha tese doutoral. Quis, com isso, oferecer neste artigo um breve relatório sobre a amplitude do campo de pesquisa das relações africano-brasileiras mais do que pretéritas no tempo, de modo a, quem sabe, incutir entre aqueles que o lerem a centelha pela revisitação e reinterpretação deste relacionamento político bilateral ainda pouco conhecido para além dos prismas econômicos, cultural e social das conexões entre o Brasil e a África durante a época do pujante comércio de escravos entre as duas margens do Atlântico Sul.

Referências

ALMEIDA, Paulo Roberto de. O Brasil e a diplomacia do tráfico (1810-1850). *LOCUS*, Juiz de Fora: Núcleo de História Regional da UFJF, v. 4, n. 2, p. 07-33, 1998.

_____. A política exterior do Império para as Repúblicas do Pacífico. Prefácio à SANTOS, Luís Cláudio Villafañe Gomes. *O Império e as Repúblicas do Pacífico – as relações do Brasil com Chile, Bolívia, Peru, Equador e Colômbia (1822-1889)*. Curitiba: Ed. UFPR, 2002.

ALMEIDA PRADO, João Fernando. A Bahia e suas relações com o Daomé. In: _____. *O Brasil e o colonialismo europeu*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956, p. 115-226.

ARAÚJO, Ana Lucia. Dahomey, Portugal and Bahia: king Adandozan and the Atlantic Slave Trade. *Slavery and abolition: a journal of Slave and Post-Slave studies*, Londres, v. 33, n. 1, p. 01-19, 2011.

ARQUIVO, Instituto Português de. Guia de fontes portuguesas para a História da África. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses/Fundação Oriente/Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1991, v. 1.

BARBOZA, Mario Gibson. *Na diplomacia, o traçado todo da vida*. 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 2002.

CALÓGERAS, João Pandiá. *A política exterior do Império*. v. II: o Primeiro Reinado. Ed. Fac-Similar. Brasília: Senado Federal, 1998.

CASTRO, Flávio Mendes de Oliveira. *Dois séculos de história da organização do Itamaraty (1808-2008)*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009, v. I: 1808-1979.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. São Paulo: Editora Ática, 1992.

- FERREIRA, Roquinaldo. Terra de oportunidades. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro: Sociedade dos Amigos da Biblioteca Nacional, ano 4, n. 39, p. 21-23, 2008.
- GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. IV Congresso de História Nacional: tendências e perspectivas da história do Brasil colonial (Rio de Janeiro, 1949). *Revista Brasileira de História*, São Paulo: ANPUH, v. 24, n. 48, p. 145-170, 2004.
- IGLÉSIAS, Francisco. José Honório Rodrigues e a historiografia brasileira. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: CPDOC/Editora FGV, n. 1, p. 55-78, 1988.
- HALL, Stuart. *Da diáspora: identidade e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- PARÉS, Luís Nicolau. Cartas do Daomé: uma introdução/transcrição. *Afro-Ásia*, Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais da UFBA, v. 47, p. 296-328 e p. 329-395, 2013.
- PENNA FILHO, Pio. A pesquisa histórica no Itamaraty. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, v. 42, n. 2, p. 117-144, 1999.
- _____; LESSA, Antônio Carlos Moraes. O Itamaraty e a África: as origens da política africana do Brasil. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: CPDOC, n. 39, p. 57-81, 2007.
- REIS, João José. *Domingos Pereira Sodré, um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- _____; GOMES, Flávio dos Santos; CARVALHO, Marcus J. M. *O alufá Rufino: tráfico, escravidão e liberdade no Atlântico Negro (c.1822 – c.1853)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- RODRIGUES, José Honório. *Brasil e África: outros horizontes*. v. I – relações e contribuições mútuas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.
- SANTOS, Nilcea Lopes Lima dos. *União Brasil-Angla: uma hipótese na independência*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Brasília, UNB, Instituto de Ciências Humanas, Brasília, 1979.
- SARAIVA, José Flávio Sombra. *África parceira do Brasil atlântico: relações internacionais do Brasil e da África no início do século XXI*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.
- _____. O lugar da África: a dimensão atlântica da política externa brasileira (de 1946 aos nossos dias). Brasília: Ed. da UnB, 1996. Resenha de VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, v. 40, n. 1, p. 232-234, 1997.
- SILVA, Alberto da Costa e. A África e eu. *Estudos Avançados*, São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, v. 16, n. 46, p. 223-230, 2002.
- _____. *Um rio chamado Atlântico: a África no Brasil e o Brasil na África*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Editora da UFRJ, 2003.
- SOARES, Mariza de Carvalho. Trocando galanterias: a diplomacia do comércio de escravos, Brasil-Daomé, 1810-1812. *Afro-Ásia*, Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais da UFBA, v. 49, p. 229-271, 2014.

Notas

¹ O autor agradece às críticas realizadas pelos professores Samuel Alves Soares e José Miguel Arias Neto a uma versão preliminar deste artigo, bem como às sugestões levantadas pelos organizadores responsáveis pelo dossiê “História e Relações Internacionais” da revista *História e Cultura*. Aproveita ainda a oportunidade para estender os seus agradecimentos a Sirlene Maria Marcolino pela revisão do texto aqui apresentado, e a Danielle Bonvechio pela revisão do abstract.

² Atualmente a Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), ligada ao Ministério da Educação, reconhece treze programas de pós-graduação *stricto sensu* em Relações Internacionais espalhados por todo o Brasil. Destes, apenas quatro mantêm curso de doutorado, o que permite distingui-los como os quatro principais programas da área em questão. São eles os programas da UnB, da PUC/Rio, da USP e o interinstitucional San Tiago Dantas que engloba os programas da UNESP, UNICAMP e a PUC/SP. Para os fins deste texto foram consideradas as amostragens de trabalhos concluídos existentes nas páginas eletrônicas dos respectivos programas. O programa da PUC/Rio não foi considerado porque não há na sua página eletrônica nenhum índice das teses e dissertações defendidas pelo seu quadro discente.

³ Trata-se do artigo intitulado *O vício da África e o ex-presidente*, publicado na edição de 29 de junho de 2011 do referido jornal, e republicado na íntegra como anexo do livro *África parceira do Brasil atlântico* (SARAIVA, 2012, p. 144-145) do mesmo autor.

⁴ Segundo dados da última avaliação trienal promovida pela CAPES, publicada em dezembro de 2013, existem 69 programas de pós-graduação em História espalhados pelo Brasil. Deste total, 34 possuem cursos de mestrado e doutorado, sendo que pelo menos seis deles obtiveram nota 6 ou 7 na escala métrica de avaliação, o que indica desempenho equivalente ao alto padrão internacional. Um quadro, como se percebe, bastante distinto em relação ao dos programas de Relações Internacionais reconhecidos e recomendados pelo órgão do Ministério da Educação.

⁵ O texto de Almeida Prado foi publicado pela primeira vez no 5º volume dos *Anais do IV Congresso de História Nacional* do IHGB, de 1949. Posteriormente o texto foi republicado, desta vez como capítulo de livro do próprio autor lançado pela Companhia Editora Nacional, em 1956, sendo esta a versão aqui consultada.

⁶ As relações especiais entre o Brasil e a África não eram tema de pesquisa exclusivo de Almeida Prado. O antropólogo francês Pierre Verger, naquele período já se encontrava trabalhando na sua tese de doutoramento *Flux et reflux de la traite des nègres entre le Golfe de Bénin et Bahia de Todos os Santos*, que veio a ser publicada na França em 1968, na Inglaterra em 1976, e no Brasil apenas em 1987, em meio às comemorações do centenário da Lei Áurea.

⁷ Como foi observado por Cervo & Bueno (1992, p. 150-176), se o advento da República foi precocemente acompanhado de uma ruptura da tradição diplomática imperial, buscando o governo provisório do Brasil através da extinção e da abertura de alguns postos diplomáticos e do remanejamento dos representantes nacionais em serviço no exterior dar ao mundo uma demonstração tanto da “republicanização” da diplomacia brasileira, como o seu distanciamento da Europa no cenário internacional, passado a euforia da mudança do regime os formuladores da política externa brasileira rapidamente retomaram a consciência da dura realidade do poder à medida que atos como a formação da *Bolivian Syndicate*, conglomerado de capital anglo-americano para a exploração da borracha no Amazonas, bem como a ocupação pela Inglaterra da ilha de Trindade revelaram não apenas a fragilidade da soberania nacional em relação aos interesses das grandes potências do período, como a necessidade de manter a cordialidade e o alinhamento das relações com a Europa e com os Estados Unidos.

⁸ Tal definição foi originalmente formulada por Cyril L. R. James, historiador afro-trinitino e militante ativo dos movimentos anticolonialistas e nacionalistas do Caribe e da África no pós-Segunda Guerra Mundial, para caracterizar as relações de força e dominação cultural estabelecidas entre estas regiões e os seus antigos centros imperiais da Europa no período subsequente à conquista da independência. Posteriormente, a definição foi retomada pelo teórico jamaicano Stuart Hall ao enfatizar que muito embora a maneira, o momento e as condições que levaram à colonização e à conquista da independência variem entre os países da África, Ásia e América Latina, todos continuam sendo de uma maneira ou de outra pós-coloniais, sendo possível presumir, portanto, que no processo de construção de suas respectivas identidades nacionais tiveram em algum momento de lidar com as a questão de qual relação deveriam estabelecer com os seus respectivos antigos centros imperiais (HALL, 2003, p. 101-128).

⁹ Além dos documentos referentes ao período imperial, o Arquivo Histórico do Itamaraty mantém papéis mais antigos, que remontam ao período joanino (1808-1821), e igualmente documentos do período posterior ao Império, abarcando papéis do regime republicano até, mais ou menos, a transferência da capital para Brasília em 1960 (PENNA FILHO, 1999, p. 117).

¹⁰ Os documentos depositados na unidade de Brasília estão divididos em cinco classificações: 1º secreto-exclusivo (ou ultrassecreto), 2º secreto, 3º confidencial, 4º reservado e 5º ostensivo. Cada classificação obedece a um período específico de restrição à consulta, que varia, respectivamente, a 30, 20, 10 e 5 anos. Somente os documentos classificados como ostensivos são imediatamente liberados à consulta (PENNA FILHO, 1999, p. 118).

¹¹ A investigação das relações do Império com os países da Europa e com as repúblicas da Bacia Platina apresenta-se como tema consagrado de pesquisa já nos trabalhos seminais da História das Relações Internacionais no Brasil, como *O reconhecimento do Império* de Oliveira Lima (1901), *A política externa do Império* de Pandiá Calógeras (1928), e os trabalhos homônimos Hélio Vianna (1958) e Delgado de

Carvalho (1959), intitulados *História diplomática do Brasil*. Quanto à inserção da relação com os Estados Unidos esta é mais recente é verdade. Ela remonta aos trabalhos *Desafio americano à preponderância britânica no Brasil* de Almeida Wright (1972) e *Presença dos Estados Unidos no Brasil* de Moniz Bandeira (1973).

¹² Os *Relatórios* apresentados a partir de meados da década de 40 do Oitocentos refletem a evolução da agenda e da estrutura da Secretaria de Estados dos Negócios Estrangeiros do Império. Com efeito, se os *Relatórios* do Período Regencial não ultrapassam dez páginas, isso quando muito, os *Relatórios* do Segundo Reinado atingem centenas de páginas, sendo compostos não só pela crua descrição dos ministros, como também por documentos e pareceres diplomáticos dos mais diversos.

¹³ Pode-se afirmar que existe uma espécie de trilogia escrita por *brasilianistas* acerca das relações anglo-brasileiras e que conquistou grande visibilidade entre os investigadores nacionais. É ela: *British preeminence in Brazil* (MANCHESTER, 1933), *Great Britain and the onset of modernization in Brazil* (GRAHAM, 1968) e *The abolition of the Brazilian slave trade* (BETHELL, 1970). As três obras em questão foram traduzidas e editadas no Brasil na década de 1970, época do *boom* da publicação no país de trabalhos desenvolvidos por *brasilianistas*, e desde então seguem sendo o principal baluarte dos investigadores nacionais para com o conhecimento das fontes inglesas.

¹⁴ O *Partido Brasileiro*, ou *Brasiliense* como também aparece nas correspondências trocadas entre os governadores-gerais de Angola na década de 1820 e as autoridades centrais lisboetas, era composto por comerciantes de escravos interessados na continuidade sem restrição do tráfico entre Angola e Brasil. Razão esta que os levaram a tomar a causa do Rio de Janeiro na conjuntura da cisão do Império luso-brasileiro.

¹⁵ Tratava-se da Divisão Naval da Costa d'África, cuja atuação estendeu-se entre os anos de 1827 e 1830.

¹⁶ De modo geral, a documentação do Arquivo Histórico Ultramarino encontra-se subdividida em dois grandes Fundos: o *Fundo do Conselho Ultramarino* (CU), constituído por uma vasta documentação sobre a expansão colonial portuguesa produzida em sua maior parte entre 1642, data da criação do Conselho, e 1833, data da sua extinção; e, o *Fundo da Secretaria de Estado da Marinha e do Ultramar* (SEMU), constituído pela documentação mais recente sobre o Império colonial português produzida basicamente entre 1833, data da criação da respectiva Secretaria, até 1974, data do colapso definitivo do Império Ultramarino português e, por conseguinte, da extinção do Ministério das Colônias. Ainda em relação ao fundo do Conselho Ultramarino, este está organizado em diversas séries, cada uma relativa a um território ultramarino pertencente à – ou reclamado pela – Coroa portuguesa entre meados do século XVIII e princípios do século XIX.

¹⁷ A respeito deste trabalho cabe dizer que ele se iniciou em 2012, sob a orientação do professor Samuel Alves Soares, e sua conclusão esta prevista para o final de 2015. Entre 2013 e 2014, graças ao apoio da FAPESP que concedeu ao seu pesquisador uma Bolsa de Estágio de Pesquisa no Exterior (BEPE), vinculada à bolsa doutoral no país paga pela mesma Fundação, cumpriu-se uma etapa importante da pesquisa: a da investigação nos arquivos diplomáticos e coloniais de Portugal, sob a supervisão do professor Nuno Gonçalo Monteiro, do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

¹⁸ Cumpre chamar a atenção aqui para o esforço empreendido por Frederico Antônio Ferreira, em sua investigação ainda em curso sobre Saturnino de Souza e Oliveira, cônsul do Brasil em Angola no final da década de 1850.

Artigo recebido em: 31/08/2014. Aprovado em: 15/10/2014.